

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.802.698 - RS (2019/0068503-0)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : **LUIS CARLOS SOARES BROCKER**
ADVOGADOS : **VILMAR LOURENÇO - RS033559**
: **IMILIA DE SOUZA - RS036024**
AGRAVADO : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. APOSENTADORIA ESPECIAL. SÚMULA 284/STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A falta de indicação de artigo de lei supostamente ofendido pelo Tribunal *a quo* implica deficiência de fundamentação do recurso especial, o que atrai o óbice da Súmula 284/STF. A função precípua do STJ, por meio do recurso especial, é homogeneizar a interpretação dada à norma federal pelo ordenamento jurídico pátrio. Consequentemente, o conhecimento do recurso, seja interposto pela alínea "a", seja pela alínea "c" do permissivo constitucional, exige necessariamente a indicação do dispositivo de lei federal que se entende por violado. Outrossim, extemporânea a indicação, em razões de agravo interno, do dispositivo de lei federal supostamente violado, que não foi indicado tempestivamente nas razões de recurso especial.
2. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator